

# Educação e Movimentos Sociais: Avanços e Recuos Entre o Século XX e o Século XXI

## Education and Social Movements: Advances and Retreats Between the Twentieth and Twenty-First Century

*Maria de Fátima Felix Rosar<sup>1</sup>*

**RESUMO:** O artigo apresenta uma análise sintética sobre os avanços e recuos dos movimentos sociais e de educadores, a partir da década de 70 até o ano de 2010, ressaltando a importância da luta encetada por esses movimentos para resistir às políticas liberais e neoliberais executadas pelos governos ditatoriais e democráticos, em sua versão burguesa e também populista. Destaca-se o efeito dessas políticas que produziram perdas de conquistas históricas dos trabalhadores em relação às garantias sociais por um lado, sendo acionadas ao mesmo tempo estratégias de minimização da miséria e da pobreza extrema. A tendência de combate aos movimentos sociais, criminalizando-os como se não tivessem direito de resistir a essas políticas, pretende estabelecer um confronto entre as forças progressistas e setores populares que podem ser cooptados mediante a implementação das políticas compensatórias. Também se identifica um processo de hegemonização do Estado que atingiu o próprio campo das forças progressistas, provocando a sua divisão e o seu enfraquecimento em determinados momentos da história recente. Ainda assim, a manutenção dos movimentos sociais constituiu-se como condição indispensável para o combate dos mecanismos de subsunção do trabalho manual e intelectual operados pelo Estado e pelo Mercado na sociedade brasileira na primeira década do século XXI.

**PALAVRAS-CHAVE:** movimentos sociais; movimentos de educadores; neoliberalismo; hegemonia;

### **AVANÇOS E RECUOS DA EDUCAÇÃO E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

Não vai muito longe o período da história da educação brasileira, no qual se registrou um momento virtuoso de articulação entre a teoria e a prática da educação e os movimentos sociais em sua plena efervescência, no final dos anos 1970, quando se deu o combate à ditadura militar pelos setores organizados da sociedade civil, identificados com a construção histórica do socialismo.

Nos anos 1980, essa vigorosa onda de ação política e de pensamento engajado dos educadores e estudantes fortaleceu-se e integrou o processo de reconstrução do regime democrático protagonizado por diversos setores da sociedade brasileira, organizados em várias frentes de luta: sindicatos, partidos, centrais sindicais,

---

<sup>1</sup> Doutorado em Filosofia e História da Educação. Professora da UFMA. Integrante da Coordenação Colegiada do HISTEDBR-MA

movimentos de trabalhadores do campo, entre outros, destacando-se o MST (Movimento dos Sem Terra), Movimento Eclesial de Base, entidades classistas, científicas e culturais e articulações diversificadas de estudantes, professores e técnicos administrativos, em nível local, regional e nacional, tais como a UNE (União Nacional dos Estudantes), ANDES (Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior), CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), FASUBRA (Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras) e entidades representativas de outras categorias de trabalhadores do setor público.

Os resultados dessas estratégias de caráter organizativo foram se concretizando sob diferentes formas e matizes político-ideológicos durante o funcionamento da Assembleia Constituinte, na luta pela promulgação da Constituição de 1988, da LDB e do primeiro Plano Nacional de Educação pós-governos militares, que haviam feito reformas educacionais em todos os níveis, galvanizando um projeto de educação tecnicista, produtivista e reprodutivista.

Análises históricas têm sido feitas, do ponto de vista crítico, tornando evidente a amálgama que se constituiu entre vertentes epistemológicas e correntes político-partidárias, produzindo avanços e recuos que ainda merecem ser mais detidamente pesquisados e compreendidos na atualidade. O conjunto de pesquisas produzidas no âmbito do HISTEDBR<sup>2</sup> pode ser citado como exemplo dessas contribuições, entre outros.

De modo mais generalizado, pode-se afirmar que os anos 1980 marcaram o crescimento quantitativo e qualitativo do pensamento pedagógico crítico, que se aprofundava, ultrapassando a construção teórica dos períodos anteriores da história da educação brasileira, no primeiro quartel do século XX, deixando entrever fortes indícios da erosão dos fundamentos do liberalismo, a partir das crises do capitalismo enfrentadas no Brasil e na América Latina, em decorrência do processo de endividamento imposto pelos organismos multilaterais de política econômica, como FMI (Fundo Monetário Internacional), Banco Mundial, BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento).

Entretanto, embora esse movimento de desconstrução da ideologia liberal tenha se fortalecido, atingindo-se um processo ampliado de difusão do pensamento marxista, principalmente a partir das pesquisas em programas de pós-graduação articulados com os diversos movimentos sociais, o liberalismo resgatou a sua liderança, nas duas últimas décadas do século XX, sob a égide da “nova” ideologia do neoliberalismo.

---

<sup>2</sup> Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, Faculdade de Educação da Unicamp.

Na realidade, viveu-se um momento promissor de formulação de uma proposta de educação contra-hegemônica, desenhando-se perspectivas de construção das bases de uma escola inspirada no ideário da pedagogia socialista, durante as Conferências Brasileiras de Educação que se sucederam: I CBE – A política educacional – (1980) - São Paulo; II CBE – Educação: perspectiva de democratização da sociedade – (1982) - Belo Horizonte; III CBE – Da crítica às propostas – (1984) – Niterói; IV CBE – A educação na nova Constituição – 1986 – Goiânia; V CBE – A nova LDBEN – 1988 – Brasília.

Em outros eventos também muito concorridos como os Encontros Anuais da ANPED, foi se dando uma ampla divulgação aos resultados de estudos e pesquisas elaborados em dissertações de mestrado e teses de doutoramento, cujo quadro teórico-metodológico estava ancorado, predominantemente nas leituras marxistas, destacando-se, principalmente as obras de Marx e Gramsci, embora houvesse também a influência dos luckacsianos, althusserianos, thompsonianos, além dos adeptos de outras vertentes do marxismo, na sua vertente libertária.

Esse movimento ascendente de contra-hegemonia teve curta duração, dado que as forças políticas que ocuparam a direção do país eram francamente conservadoras e impuseram aos movimentos dos educadores e aos movimentos sociais, de caráter classista, grandes perdas. Estas se iniciaram no Governo Collor de Melo e culminaram nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso, direcionados ao cumprimento dos acordos de âmbito nacional e internacional celebrados entre a burguesia dominante no Brasil e nos demais países de capitalismo central, determinando os rumos da política econômica a ser implementada, com a finalidade precípua de subordinar as classes trabalhadoras dos países da América Latina, impondo-lhes perdas de direitos e conquistas históricas, mediante reformas políticas, econômicas, educativas, trabalhistas e previdenciárias.

A rigor, a política econômica realizada nesse período, que vai de 1995 a 2002, pode ser sintetizada no tripé articulado de medidas governamentais com o objetivo de: a) realizar a privatização de setores estratégicos da economia nacional e de serviços públicos, como educação e saúde; b) induzir a desindustrialização do país, operando uma política cambial favorável à importação de produtos, desde os mais supérfluos até aqueles que garantiram a quebra de cadeias produtivas, como foi o caso da indústria têxtil e de calçados; c) a ampliação da grande produção agrícola voltada para a exportação em detrimento da agricultura de base familiar.

Em decorrência dessa opção política de atrelamento do país ao projeto de hegemonização de setores vitais da economia, de acordo com os interesses dos grandes conglomerados do capital internacional, produziu-se o desmanche das empresas estatais mais produtivas e estratégicas para o fortalecimento da economia brasileira, como a Vale do Rio Doce, o setor siderúrgico estatal, o sistema Telebrás e parte

expressiva do setor elétrico. Além disso, deu-se a ampliação do comprometimento das receitas públicas com o pagamento do serviço da dívida, notadamente, na rodada de negociações das dívidas estaduais ocorrida entre 1996-1997 e nos dispositivos da Lei Complementar 101, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000), no contexto da adoção das metas de inflação decorrentes do acordo firmado com o FMI, em 1998.

Por outro lado, foi praticado um violento enfrentamento aos sindicatos, mediante repressão política, inclusive com a crescente e recorrente criminalização dos movimentos sociais e, também, por meio do processo de arrocho salarial, elevado a um nível exorbitante de pressão financeira insuportável para a classe média e a classe de trabalhadores em geral, que tiveram os salários congelados e, ao mesmo tempo, corroídos pelo processo inflacionário. Culminava essa estratégia de intimidação aos movimentos organizados na esfera do setor público, a utilização de medidas de avaliação e retaliação dos servidores, com ameaças constantes de cortes nos quadros dos órgãos governamentais, de modo a impor um recuo às forças políticas que se rebelavam contra os dogmas do Estado Neoliberal.

As políticas educacionais já implementadas no Chile, país laboratório da América Latina, para a exportação do neoliberalismo gestado nos Estados Unidos e na Inglaterra, começaram a ser introduzidas pelo governo federal, alcançando todos os níveis de ensino, durante os anos 1990 e início da primeira década dos anos 2000. As políticas que foram implementadas pelos governos brasileiros, nos anos 80, 90 e no início desse novo século, foram se tornando cada vez mais compatíveis com o ideário do “Estado Mínimo”, desincumbido da oferta de serviços públicos, que seriam transferidos, progressivamente, para entidades não-estatais, como as OS e OCIPS.

Embora no período de 1985 a 1988, tenham se identificado os planos e programas sociais de caráter reformista que pretendiam priorizar o resgate da “dívida social”, prevaleceu posteriormente “a contrarreforma conservadora” caracterizada principalmente pela “ampliação do assistencialismo e do clientelismo, paralisação da estratégia reformista, desmonte orçamentário e burocrático no campo social e oposição sistemática das forças conservadoras do Executivo à agenda reformista, tanto em sua fase constituinte quanto na regulamentação complementar” (MEDEIROS, 2001, p. 17).

---

<sup>3</sup> O atual sistema educacional chileno está quase totalmente nas mãos de empresas privadas, após as reformas neoliberais instauradas pela ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990). Apenas 40% dos alunos chilenos estudam em colégios públicos gratuitos, enquanto em nível universitário não há possibilidades de estudar gratuitamente. No nível médio, mais da metade das matrículas estão nas mãos de colégios que recebem subsídios estatais e contribuições dos pais. Para entrar nas universidades, os estudantes devem ter acesso a créditos internos ou em bancos privados.

Para Fagnani (1999), o governo federal mesmo fazendo uso de um discurso pautado na defesa de políticas sociais de caráter distributivista, subordina os avanços na área social aos objetivos da política macroeconômica, definida pelo ajuste estrutural da economia. Segundo Cohn (2000, p. 2), as ações do governo brasileiro , na segunda metade da década de 90, através de suas estratégias de inovações e de reformas setoriais “[...] se configuraram como um simples (porém grave) desmonte do modelo getulista da era desenvolvimentista, sem no entanto superar na sua essência o padrão tradicional de ação do poder instituído frente à questão da pobreza, ou mais precisamente, dos pobres.”

A nova fase de desenvolvimento que se iniciou com os governos dos anos 90, com a priorização do aparelho de estado e com a subordinação das políticas públicas aos critérios da racionalidade econômica definida, principalmente no âmbito do mercado financeiro, provocou, sobretudo, a excessiva descentralização e a focalização de políticas que produzem cortes nos gastos governamentais e impactos negativos sobre os setores mais vulneráveis da sociedade.

Essas políticas foram responsáveis pelo aprofundamento da crise econômica e do Estado, evidenciada nas seguintes dimensões: desestruturação do antigo projeto nacional desenvolvimentista; fragilização da indústria nacional; ampliação dos índices de desemprego; crescimento de atividades econômicas de caráter informal; agravamento dos índices de pobreza e exclusão social; desestruturação das instituições responsáveis pelos serviços públicos; crescimento da dívida interna e externa; queda do crescimento econômico nacional e todos os demais aspectos econômicos e sociais decorrentes desse quadro.

No quadro que se segue, é possível verificar como as variações dos percentuais relativos à proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza, o percentual relativo à apropriação da renda total pelos 10% dos mais ricos, o percentual relativo à apropriação da renda pela parcela dos 20% dos mais pobres e o índice de desigualdade Gini, evidenciam oscilações ainda são apenas relativamente significativas em termos da redução da concentração de renda e da redução da pobreza, se forem considerados o ano inicial (1976) e o ano final da série (2009).

Tabela 1 - Indicadores sociais

Período	Nº de pessoas	Renda -	Renda	Renda
1976-2009	extremamente	desigualdade	domiciliar	domiciliar
	pobres	Coefficiente de	particip. 10%	Particip. 20%
		Gini	mais ricos	mais pobres
1976	18,88	0,623	51,04	2,43
1977	16,43	0,625	51,64	2,42
1978	22,18	0,604	47,71	2,05
1979	17,25	0,593	47,45	2,67
1980				
1981	20,24	0,584	46,40	2,66
1982	21,42	0,591	46,91	2,53
1983	28,31	0,596	47,38	2,55
1984	26,86	0,589	47,27	2,76
1985	23,70	0,598	47,75	2,54
1986	11,30	0,588	46,95	2,67
1987	22,35	0,601	47,75	2,36
1988	27,70	0,616	49,47	2,17
1989	26,11	0,636	51,50	2,01
1990	27,66	0,614	48,78	2,14
1991				
1992	27,95	0,583	45,78	2,36
1993	28,74	0,604	48,64	2,26
1994				
1995	22,43	0,601	47,85	2,31
1996	23,32	0,602	47,52	2,16
1997	23,68	0,602	47,67	2,21
1998	22,26	0,600	47,79	2,31
1999	23,95	0,594	47,27	2,41
2000				
2001	25,41	0,596	47,45	2,32
2002	23,67	0,589	47,03	2,52
2003	26,07	0,583	46,21	2,53
2004	23,33	0,572	45,33	2,75
2005	20,67	0,569	45,33	2,83
2006	17,13	0,563	44,76	2,92
2007	15,78	0,556	43,87	2,89
2008	13,89	0,548	43,24	3,06
2009	13,47	0,543	42,77	3,09

Fonte: IPEADATA

Observação: elaboração própria da tabela 1, a partir dos dados extraídos dos Indicadores Sociais do IPEA..

## Comentários extraídos do IPEADATA:

Pobreza - número de pessoas extremamente pobres

Frequência: Anual de 1976 até 2009

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Unidade: Pessoa (milhões)

Comentário: Número de pessoas em domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza (ou indigência, ou miséria). A linha de extrema pobreza aqui considerada é uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS. São estimados diferentes valores para 24 regiões do país. Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

Atualizado em: 08/09/2010

Renda - desigualdade - coeficiente de Gini

Frequência: Anual de 1976 até 2009

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Unidade: -

Comentário: Mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita entre os indivíduos. Seu valor pode variar teoricamente desde 0, quando não há desigualdade (as rendas de todos os indivíduos têm o mesmo valor), até 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

Atualizado em: 08/09/2010

Renda domiciliar - participação dos 10% mais ricos

Frequência: Anual de 1976 até 2009

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Unidade: (%)

Comentário: É a proporção da renda total do país apropriada pelos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico da população de acordo com a renda domiciliar per capita. Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

Atualizado em: 08/09/2010

Renda domiciliar - participação dos 20% mais pobres

Frequência: Anual de 1976 até 2009

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Unidade: (%)

Comentário: É a proporção da renda total do país apropriada pelos indivíduos pertencentes ao quinto mais pobre da população de acordo com a renda domiciliar per capita. Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

Atualizado em: 08/09/2010

Esse quadro econômico-social poderia ter sido o estopim para uma reação muito forte por parte dos movimentos sociais, entretanto, foi se instalando no território nacional um fenômeno quase generalizado de conformismo, diante da crise instalada e da forma de atuação dos governantes que subordinavam as políticas públicas aos ditames do neoliberalismo, do ponto de vista econômico e político-ideológico.

Talvez possa se atribuir como uma das causas desse conformismo que se instalou na área da educação, à própria magnitude das reformas educativas impostas, condicionando os educadores a um processo intenso e veloz de adaptação a novas leis, regulamentos, normas, portarias que eram elaboradas e impostas pelo Ministério da Educação, abrangendo as dimensões administrativas, pedagógicas e financeiras do funcionamento de escolas de ensino fundamental e médio, além das instituições públicas de ensino superior.

Também foi se estabelecendo um quadro teórico-metodológico cada vez mais complexo e confuso, em virtude da crescente ampliação das pesquisas realizadas para dar suporte ao ideário do neoliberalismo, contrapondo-se ao chamado “iluminismo retrógrado” atribuído à produção de certos nichos de pesquisa de algumas universidades brasileiras, a partir das quais havia se difundido a ação dos profissionais da educação, ainda resistentes à onda do pós-modernismo em suas mais variadas tendências.

Essas vertentes pós-modernas foram materializadas pelo grupo hegemônico no poder, de modo a fomentar a segmentação das forças antagônicas ao projeto neoliberal. A teoria das diferenças e dos multiculturalismos foram ganhando reforço dos órgãos de financiamento de pesquisa e dos órgãos governamentais responsáveis pela formação de professores. A disseminação do novo ideário não se fazia apenas como um novo objetivo a ser alcançado, de acordo com os propósitos ideológicos em curso, mas esse processo de dava também, tomando como seu alvo o pensamento pedagógico crítico e seus protagonistas, que de algum modo realizaram o debate nacional, em torno de um outro projeto de educação para o país.

De igual modo, na área da História da Educação desdobraram-se formas explícitas e não explicitadas de “desqualificação” da produção da historiografia crítica, cujos impactos têm afetado, em parte, a estratégia de luta unificada dos setores que precisam se posicionar e analisar as políticas educacionais elaboradas e executadas, quase integralmente, durante os dois mandatos do governo Lula, segundo planos, programas e projetos de caráter neoliberal, no conjunto das ações contraditórias do governo que se anunciava como democrático - popular.

O financiamento de eventos e de produção científica em diversas regiões do país, desde o período do governo Cardoso, tendo se mantido como tendência no governo Lula, fomentou a contraposição entre a historiografia marxista e as novas historiografias instituídas como mais “verdadeiras” porque capazes de construir, do ponto de vista do cotidiano, da pluralidade, da novidade, do imaginário, as possíveis histórias que podem ser narradas, inclusive produzindo-se uma interface entre a ficção e a realidade objetiva.

Sem fazer apologia ao “iluminismo”, nem ao solipsismo, o conjunto mais expressivo de educadores que atua nas milhares de salas de aula do país, distancia-



se desses debates teórico-metodológicos, que, em grande medida, não priorizam a retomada de questões de ordem política e pedagógica que se complexificam, cada vez mais, na sua prática educativa, mediante o uso das novas tecnologias da educação, multiplicadoras de processos de formação à distância, produzindo em grande medida a expansão ilimitada do “sincretismo pedagógico”<sup>4</sup> e da reificação dos processos educativos.

O mais intrigante é ver que entre opções distintas e até antagônicas, alguns pesquisadores constroem interpretações da realidade, por meio de recursos diversos, praticando um elevado grau de “contorcionismo teórico-metodológico” que confunde as novas gerações empenhadas em compreender as diferentes correntes de pensamento. Sem descobrir quem é quem e o porquê das opções teórico-metodológicas que produzem mais vazios e contradições do que esclarecimentos sobre o modo de produção da realidade e do próprio trabalho pedagógico, seguem tropeçando em diferentes formas de sincretismo pedagógico, que contribui para que alguns segmentos de educadores militantes fiquem à deriva, por vezes navegando em direções contrárias ao próprio fortalecimento da organização e luta da categoria.

#### **ESTRATÉGIAS GOVERNAMENTAIS DE HEGEMONIZAÇÃO DO CAMPO DA EDUCAÇÃO(1995-2002) E AS TENTATIVAS DE ARREFECIMENTO DOS MOVIMENTOS DE EDUCADORES**

Durante o primeiro mandato do governo Cardoso, foram implementadas todas as principais medidas para alteração do funcionamento do sistema educacional brasileiro, além das medidas de caráter administrativo que redesenharam o funcionamento dos setores públicos, definindo um processo gradativo de redução dos mesmos. Com esse objetivo, foram aprovadas novas emendas à Constituição e Leis que regulamentaram a nova carreira do funcionalismo público e o financiamento estatal para a execução de políticas públicas:

1. Emenda Constitucional N° 19/98 – Reforma Administrativa. (BRASIL, 1998a).
2. Projetos de Lei N° 4.811/98 – disciplina o regime de emprego público do pessoal da administração federal direta, autárquica e fundacional, incluindo professores e funcionários universitários, que passariam a ser regidos pela Consolidação das Leis de Trabalho – CLT. (BRASIL, 1998b).
3. MP 1.917/99 – Programa de Demissão Voluntária, Jornada Reduzida de Trabalho e Licença sem remuneração. (BRASIL, 1999).

---

<sup>4</sup> Estou usando termo que cunhei no texto (ROSAR, 2008), para identificar a expressão do pensamento educacional dos professores que, em sua grande maioria, têm tecido uma colcha de retalhos, na qual são costurados fragmentos de várias tendências teórico-metodológicas, que convivem articuladas por esse método do patch-work, como se pudessem estar todas reunidas sob uma mesma lógica de pensar, quer seja formal, quer seja dialética, de forma integrada e apaziguada.

A reforma mais decisiva para garantir a continuidade da execução das políticas definidas pelo governo Cardoso, em consonância com os acordos internacionais, foi consubstanciada pela aprovação da Emenda Constitucional N° 16- 04/07/97 (BRASIL, 1997) – que alterou o sistema eleitoral do país, permitindo a reeleição de presidente, governadores e prefeitos, para mais um mandato subsequente ao que estivesse em curso, sem exigência de desincompatibilização dos ocupantes dos cargos de governo. A eleição passou a ocorrer em dois turnos, sempre que não sejam alcançados 50% dos votos válidos mais um, no primeiro turno.

Durante o segundo mandato de Cardoso, não se efetivaram mudanças de rumo na sua política econômica e social e, portanto, consolidaram-se as tendências em curso, com o aprofundamento do ajuste estrutural e de dependência ampliada da economia nacional dos países centrais, mesmo quando alguns indicadores da balança comercial, mostraram-se mais favoráveis ao crescimento econômico do país.

No âmbito da educação, foi instituído pelo governo Cardoso mais um marco de definição da política educacional, com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), que se contrapôs à demanda dos setores organizados no Fórum Nacional de Educação e nos Congressos Nacionais de Educação, que haviam elaborado e apresentado ao Congresso o PNE da Sociedade Brasileira, Projeto de Lei N° 4.155/98 (BRASIL, 1998c), encaminhado pelo Deputado Ivan Valente e apoiado por mais de 70 parlamentares dos partidos de oposição da Câmara dos Deputados.

Do mesmo modo como ocorreu com a tramitação da LDB, o governo demonstrou claramente os limites que estavam dados à ampla participação da sociedade civil na elaboração de diretrizes e de políticas para o setor educacional, cujo funcionamento foi subordinado à lógica do projeto mais amplo de transformação do próprio país. Tal como ocorrera por ocasião da luta realizada pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, para a elaboração e aprovação da LDB, também foram realizados quatro Congressos Nacionais de Educação<sup>5</sup>, mobilizando a cada dois anos um grande contingente de educadores de todos os estados da Federação, que tendo realizado seminários temáticos em suas instituições de origem, discutiram e elaboraram coletivamente o PNE da Sociedade, que foi desconsiderado pelo governo.

As duas propostas de PNE materializavam mais do que a existência de dois projetos de escola, ou duas perspectivas opostas de política educacional. Elas traduziam dois projetos conflitantes de país. De um lado, tínhamos o projeto democrático e popular, expresso na proposta da sociedade. De outro, enfrentávamos um plano que expressava a política do capital financeiro internacional e a ideologia das classes dominantes, devidamente refletido nas diretrizes e metas do governo. (VALENTE; ROMANO, 2002, p. 99).

---

<sup>5</sup> I CNE – Belo Horizonte – 1996; II CNE – Belo Horizonte – 1998; III CNE – Porto Alegre- 2000; IV CNE – São Paulo - 2002

O conjunto de programas implementados pelo MEC, durante os dois mandatos do Governo Cardoso, completaram o quadro de sua ação programática focalizada principalmente sobre o ensino fundamental, estabelecendo uma relação de efetiva dependência dos municípios face ao governo federal, sob a justificativa de que essas iniciativas permitiriam compensar as desigualdades regionais e favorecer o processo de inclusão social das crianças que se encontravam excluídas do sistema regular de ensino. Entre esses programas, destacam-se, principalmente:

1. Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – para garantir refeições diárias em mais de 5.000 municípios, atendendo à quase totalidade (98% de escolas públicas urbanas e 98% de escolas públicas rurais) de educação infantil e ensino fundamental públicos e de entidades filantrópicas privadas;
2. Programa Nacional do Livro Didático – PNLD – com distribuição de livros didáticos para as séries iniciais do ensino fundamental e, posteriormente, até a oitava série;
3. Programa Nacional de Garantia de Renda Mínima – PGRM (Toda criança na escola) Programa de Crédito Educativo para alunos carentes matriculados em cursos superiores de instituições privadas;
4. Programa de Aceleração de Aprendizagem – para garantir o funcionamento de classes especiais para alunos que apresentam defasagem idade-série. Projeto Nordeste – para garantir inversões financeiras suplementares nos municípios que apresentam indicadores econômicos inferiores à média da renda do total de municípios brasileiros;
5. Programa de Formação de Professores em Exercício (Proformação) – curso de duração de dois anos desenvolvido em parceria com o Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola) para os professores que atuam nas quatro primeiras séries do ensino fundamental e classes de alfabetização das escolas da rede pública das regiões Norte, Nordeste, e Centro-Oeste;
6. Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (Profa)- desenvolvido pelo governo em organizações da sociedade civil, universidades e em secretarias estaduais e municipais de educação);
7. Programa Alfabetização Solidária – vinculado à Presidência da República para combater o analfabetismo dos jovens maiores de dezoito anos;
8. Programa TV Escola – para difusão de programas educativos em sessenta mil escolas em todo o país, para reforço escolar e formação continuada dos professores;
9. Programa Nacional de Informática em Educação (PROINFO) – para capacitar professores para fazerem uso do computador como recurso didático articulado com o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), com a finalidade de aplicar 300 milhões de reais para conectar as escolas da rede pública de ensino à Internet;
10. j) Programa Dinheiro na Escola – programa de transferência direta de recursos para as escolas em que existam Conselho Escolar ou Associação de Pais e Mestres.

Para o ensino médio e a educação técnico-profissional, também foram criados dois programas:

- a) Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e à Pequena Empresa - SEBRAE – para capacitar 10 mil professores do ensino técnico para a transmissão de conhecimentos de administração

e gestão empresarial aos seus alunos, preparando-os para, ao concluírem a sua formação, terem como opção de trabalho a abertura de pequenas empresas;

b) Programa de Expansão de Educação Técnico-Profissional – PROEP – financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelos Ministérios da Educação e do Trabalho, que destinam 500 milhões de dólares americanos para reequipar escolas técnicas públicas e para criar uma rede de escolas técnico-profissionais comunitárias, em associações com municípios, entidades sindicais e organizações civis.

No nível do ensino superior, foi criado o Programa de Financiamento Estudantil (FIES) – para financiar os estudos de mais de 80 mil alunos matriculados em instituições privadas.

Além desses programas focalizados principalmente sobre o ensino fundamental, mas também abrangendo os demais níveis de ensino, o Ministério criou através do Instituto Nacional de Estudos e Investigações Educacionais (INEP), ações sistemáticas de levantamento de dados, armazenamento e avaliação de todas as informações reunidas sobre o funcionamento de todos os níveis de ensino. Com essa finalidade, desenvolveu o programa do Censo Escolar Anual que abrange todos os níveis da educação básica, o ensino especial, a educação profissional, a educação de jovens e adultos, e o ensino superior. Criou também o Censo do Professor e garantiu a divulgação de todos os dados no mesmo ano de realização da coleta.

Também o INEP assumiu o gerenciamento do Sistema Nacional de Avaliação (SAEB), que passou a ser utilizado como referência para os estudos comparativos realizados pelos organismos internacionais (Unesco/OCDE – World Educational Indicators – WEI) e o PISA 2000 da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), acerca do desempenho do Brasil em relação aos demais países. Outros instrumentos de avaliação sob coordenação do INEP são o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Exame Nacional de Cursos (Provão), e o Perfil Municipal da Educação Básica (PMEB).

Pode-se constatar, portanto, que foram definidas as bases de um programa de mudanças estruturais, de caráter amplo e profundo, implicando a produção de um vasto conjunto de leis e normas, de ações efetivas de reforma administrativa e política do aparelho de Estado e dos sistemas de ensino, e um rigoroso contingenciamento de recursos operacionalizado a partir da priorização das políticas e programas focalizados, de acordo com as diretrizes dos organismos internacionais.

Embora nos Congressos Nacionais de Educação, realizados no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, tenha se expressado a resistência a essa política, através de debates realizados em nível local, estadual e regional, e tenha se mantido o trabalho sistemático de um segmento de militantes e pesquisadores dedicados à produção de análises críticas e relatórios avaliativos sobre essas reformas e todas as suas consequências no funcionamento do sistema educacional brasileiro e da

América Latina, ficou nítida a desaceleração dos movimentos dos educadores e de muitos setores organizados, com exceção feita ao MST, que jamais abriu mão de sua pauta de luta. Esse movimento de recuo pode ser atribuído em certa medida ao envolvimento de número expressivo de educadores com o próprio funcionamento da burocracia estatal durante os mandatos do governo Cardoso e do governo Lula.

Essa maior aproximação de setores da sociedade civil combativos com os setores da sociedade política instalada nos aparelhos de hegemonia e de coerção dos três poderes tem produzido um processo de arrefecimento dos movimentos sociais, incluindo os sindicatos dos professores, o que não significa seu imobilismo, mas evidencia a dificuldade atual de mobilização dos novos contingentes de educadores para a militância, considerando que existe uma renovação dos quadros em todos os níveis de ensino, que são mais facilmente intimidados ou até mesmo seduzidos a aderirem ao projeto hegemônico, em circunstâncias que lhes inspiram insegurança, dúvida e medo.

#### **A CONSOLIDAÇÃO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS (2003-2010) E AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS EM BUSCA DA SUBSUNÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS À “NOVA ORDEM”**

A expectativa acalentada por parte dos movimentos alinhados no campo da esquerda, em relação aos avanços que poderiam ocorrer, durante o governo Lula, no que diz respeito às políticas econômicas, sociais e educacionais mais estruturantes a serem implementadas em benefício das classes trabalhadoras do setor público e privado, da cidade e do campo, tornou-se cada vez mais debilitada, diante do modo como se desdobrou o primeiro e o segundo mandato de Luís Inácio Lula da Silva, conhecido, mundialmente, como o presidente – operário. Sua vitória eleitoral retumbante e os seus índices de aprovação popular, sempre crescentes e inusitados, corroboraram a produção da ideologia de um governo democrático - popular. As propagandas governamentais foram difundidas para que todos os setores da sociedade também aceitassem essa realidade como inquestionável.

De fato, os setores das classes mais empobrecidas, consideradas abaixo da linha da miséria e mesmo os que se encontravam um pouco acima desse patamar, puderam comemorar sua inserção no mercado, como potenciais consumidores dos bens de primeira necessidade, ou seja, aqueles que garantem a reprodução da condição física de existir. Os dados divulgados são considerados muito positivos, em face da situação que era muito mais grave nas décadas anteriores.

Segundo o IPEA (2010), a renda média *per capita*, em 2009, era equivalente a R\$ 705,72. Embora tenha crescido em relação ao ano de 2002, quando equivalia a R\$ 571,62, esse montante ainda é muito inferior à renda *per capita* dos países

considerados desenvolvidos. Além disso, esse indicador diz muito pouco sobre a situação real de sobrevivência dos trabalhadores e suas famílias. De igual modo, as avaliações extremamente positivas, deixam de considerar que temos uma taxa de pobreza que ainda atingiu, em 2009, o percentual de 21,42%. Além disso, se somada a taxa de pessoas extremamente pobres, no mesmo ano, atinge-se um total de 29,22%. Esses dados não podem ser desconsiderados e são muito significativos, pois apontam a dura realidade do país, em que a concentração de renda permanece ainda inalterada, sendo garantida a reprodução da desigualdade, característica profunda e permanente da sociedade capitalista, apesar das perspectivas anunciadas pelo governo federal de erradicação da miséria em 2014. ( IPEADATA)

No que tange à educação, tem sido possível avaliar o quanto se materializaram as determinações dos organismos internacionais, principalmente no tratamento que é dispensado à categoria dos professores. Ainda que tenha sido, durante o governo Lula, definido um piso nacional como referência básica para o cálculo dos salários dos professores do ensino fundamental, nada se modificou na grande maioria dos estados e municípios, onde esses profissionais vivem à mercê das concepções “modernas” de gestão das políticas públicas, incluindo a educação, de modo que, ainda que sejam assegurados percentuais definidos em leis e recursos de transferências repassados ao FUNDEB, na prática as medidas de contingenciamento e de “racionalização” de gastos deixam essa categoria em condição de permanente degradação em termos de trabalho e de existência material.

Recentemente, na maioria dos estados brasileiros, têm ocorrido movimentos grevistas dos professores, com reivindicações justas acerca do plano de cargos e salários, além das pautas pela garantia de 10% do PIB destinado à melhoria da qualidade da educação pública em todos os níveis, bem como a materialização de medidas que garantam infraestrutura adequada, recursos didáticos compatíveis com as demandas reais para as atividades curriculares dentro e fora da escola e a implementação de um regime de trabalho em tempo integral, de modo que as condições do trabalho docente sejam asseguradas, proporcionando-lhes formas de preservação de sua saúde física, psíquica e emocional.

A essa onda de manifestações que se expandiu nos últimos meses desse ano, tem sido muito clara a posição dos governadores e prefeitos que reagem explicitando o seu menosprezo e desrespeito à categoria dos educadores, como se pudessem desse modo convencê-los da sua “desimportância” num contexto em que pensam que poderiam substituí-los por robôs, máquinas inteligentes, *softwares*, aulas gravadas, etc... Essa descrição que pode parecer conteúdo de uma peça de ficção tem se tornado recorrente, dado o trato dispensado aos movimentos grevistas, mais uma vez criminalizados, na tentativa de colocar a população em geral em posição contrária aos movimentos sociais.

Ocorre, entretanto, que essa reação orquestrada pelos governantes parece estar produzindo um efeito contrário ao que intentavam alcançar: a subsunção dos educadores à “nova ordem”, na qual se mesclam medidas de caráter populista, para angariar a aprovação da grande maioria da população, com medidas francamente antidemocráticas e antipopulares, que agradam às classes hegemônicas, no setor dos negócios, principalmente na área financeira. Remunerando de forma generosa o capital, através da definição de juros exorbitantes, o governo federal tem feito a política de minimizar a miséria, ao mesmo tempo em que garante a ampliação da riqueza da classe detentora do capital, nas suas diferentes formas.

Na educação, ao mesmo tempo que se expande o ensino superior seja nas universidades públicas, seja nas universidades privadas, com uso de recursos públicos para garantir a compra de vagas, é anunciado um programa semelhante para o ensino médio, com caráter profissionalizante, que também fará a alocação de recursos nos sistemas privados de preparação de mão de obra. Mesmo que essas medidas de expansão fossem extremamente necessárias, o que causa polêmica e perplexidade é o favorecimento do setor privado, e a repetição da fórmula do governo anterior que mesmo tendo fomentado a realização de uma Conferência Nacional de Educação, conseguiu extrair as proposições mais avançadas, inscritas no PNE, como fruto do debate dos setores combativos de educadores. Essa fórmula deixa entrever novamente a estratégia de “incentivo à participação popular”, para legitimar medidas que se transformam no avesso da proposição original.

Pode-se citar como exemplo mais recente o fato de terem sido instituídos em todos os estados Fóruns Estaduais de Educação, como instância oficial de debate de políticas educacionais, criando assim mais um espaço de definição de procedimentos no âmbito da burocracia do Estado, quando, originalmente, a ideia de Fóruns Estaduais e de um Fórum Nacional de Educação, era de se criar uma instância de efetiva participação de setores organizados da sociedade civil, para definir prioridades para a elaboração de políticas mais pertinentes e abrangentes no que tange à educação, em todos os níveis, garantindo também o controle social sobre a qualidade dos gastos da educação.

A partir desses mecanismos de organização e efetiva participação dos setores organizados, estariam dadas as condições de funcionamento de um sistema nacional de educação e a implantação de uma carreira nacional para o magistério, como uma carreira reconhecidamente estratégica para o desenvolvimento de um projeto de sociedade democrática em todas as suas dimensões, incluindo aquela que contemplaria de fato a educação, a ciência e a cultura como elementos fundamentais na construção de uma sociedade socialista.

Contrariando essa perspectiva, está em tramitação uma versão “oficial” do Plano Nacional de Educação (2011-2020) que, tal como ocorreu com o I PNE,



mostra o quanto a luta empreendida pelos setores especializados em educação continua sendo ignorada pelo governo federal ao transferir ao legislativo o poder de decidir o modo de realização das medidas educacionais na década em curso, sabendo de antemão que as forças conservadoras prevalecem no jogo que se estabelece no Congresso Nacional, em que os partidos continuam sendo, majoritariamente, defensores dos seus interesses de classes proprietárias do capital e dos meios de produção.

Embora o cenário seja francamente desfavorável à realização das pautas de luta dos movimentos sociais de um modo geral, permanecer na trincheira é a única alternativa que é dada, historicamente, aos trabalhadores que apesar de submetidos à dominação das classes no poder, mantêm a capacidade inalienável de realizar o combate contra os mecanismos de subsunção do trabalho manual e intelectual, operadas pelo Estado e pelo Mercado na sociedade capitalista, fazendo a crítica radical que expõe, em última instância, a falácia do estado populista e da sociedade do conhecimento, como estratégias de tentativa de diluição da luta de classes.

ROSAR, Maria de Fátima Felix. Education and Social Movements: advances and retreats between the twentieth and twenty-first century. *Educação em Revista*, Marília, v. 12, n.2, p. 145-162, Jul.-Dez. 2011.

**ABSTRACT:** The article presents a summary analysis on the advances and retreats of social movements and educators from the 70's by the year 2010, highlighting the importance of the struggle initiated by these movements to resist the liberal and neoliberal policies implemented by dictatorial governments and democratic in its bourgeois version is also popular. We highlight the effect of these policies that produced losses of historic achievements of workers in relation to social guarantees on the one hand, being driven at the same time, strategies to minimize the misery and extreme poverty. The tendency to fight against social movements, criminalizing them as if they had no right to resist those policies, is to establish a confrontation between the forces Progresista and popular sectors that can be co-opted by the implementation of compensatory policies. It also identifies a process of homogenization of the state that reached the domain of progressive forces, leading to its division and its weakening in certain moments in recent history. Still, the maintenance of social movements constituted as a prerequisite for combating the mechanisms of subsumption of manual labor and intellectual operated by the state and market in Brazilian society in the first decade of this century.

**KEYWORDS:** social movements, movements of educators, neoliberalism, hegemony;



## REFERÊNCIAS

- BATISTA, E. L.; NOVAES, H. (Org.). *Trabalho, educação e reprodução social*. Bauru: Canal 6, 2011.
- BRASIL. Casa Civil. *Lei Complementar nº 101*, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm)>. Acesso em: 30 mar. 2012.
- \_\_\_\_\_. Casa Civil. *Medida Provisória nº 1.917, de 29 de julho de 1999*. Institui, no âmbito do Poder Executivo da União, o Programa de Desligamento Voluntário - PDV, a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional e a licença sem remuneração com pagamento de incentivo em pecúnia, destinados ao servidor da administração pública direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/Antigas/1917.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/1917.htm)>. Acesso em: 30 mar. 2012.
- \_\_\_\_\_. Casa Civil. *Emenda Constitucional nº 19*, de 04 de junho de 1998a. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc19.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc19.htm)>. Acesso em: 30 mar. 2012.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho. *Projeto de Lei nº 4.811*, de 1998b. Disciplina o regime de emprego público do pessoal da Administração Federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <[http://www.fenajufe.org.br/Ass\\_Parlamentar/PL%204811-98%20-%20Carreiras%20exclusivas%20de%20Estado%20Emenda%2016.htm](http://www.fenajufe.org.br/Ass_Parlamentar/PL%204811-98%20-%20Carreiras%20exclusivas%20de%20Estado%20Emenda%2016.htm)>. Acesso em: 30 mar. 2012.
- \_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 4.155*, de 1998c. Aprova o Plano Nacional de Educação. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD12MAR1998.pdf#page=89>>. Acesso em: 30 mar. 2012.
- \_\_\_\_\_. Casa Civil. *Emenda Constitucional nº 16*, de 04 de junho de 1997. Dá nova redação ao § 5º do art. 14, ao caput do art. 28, ao inciso II do art. 29, ao caput do art. 77 e ao art. 82 da Constituição Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc16.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc16.htm)>. Acesso em: 30 mar. 2012.
- CODATO, A. O espaço político segundo Marx. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 32, p. 33-56, 2011.
- DIAS, E. *Revolução e história: das teses ao manifesto*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011.
- COHN, A. Gastos sociais e políticas sociais nos anos 90: a persistência do padrão histórico de proteção social brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 24., 2000 Petrópolis. *Anais...*, Petrópolis: ANPOCS, 2000. p.65-65.
- FAGNANI, E. Ajuste econômico e financiamento da política social brasileira: notas sobre o período 1993/98. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 13, 1999.
- FIORI, J. L. *Projeto nacional e popular é desafio para o PT*. Agência Carta Maior. 2002. Disponível em: <[http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna\\_id=2584](http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=2584)>. Acesso em: 10. abr. 2002.
- \_\_\_\_\_. O cosmopolitismo de cócoras. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 77, p. 11-27, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. *O vôo da coruja: uma leitura não liberal da crise do estado desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1995.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, 2003.

GALVÃO, A. Marxismo e movimentos sociais. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 32, p. 107-126, 2011.

GRZYBOWSKI, C. et al. Notas para a retomada do debate sobre o desenvolvimento brasileiro. In: SICSÚ, J.; CASTELAR, A. *Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*. Brasília: IPEA, 2009. p. 153-168.

GIUBILEI, S. (Org.). *Descentralização, municipalização e políticas educativas*. Campinas: Alínea, 2001.

www.ipeadata.gov.br – Indicadores sociais

LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Org.). *História, educação e transformação social: tendências e perspectivas para a educação pública no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2011.

MEDEIROS, M. *A trajetória do welfare state no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990*. Brasília, DF: IPEA, 2001.

MOURIAUX, R.; BÉROUD, S. Para uma definição do conceito de “movimento social”. In: LEHER, R.; SETÚBAL, M. (Org.). *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo, Cortez, 2005. p. 159-173.

PINTO, J. M. de R. Financiamento da educação no Brasil: um balanço do Governo FHC (1995-2002). *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, p. 108-135, 2002.

RODRIGUES, M. M. *Sob o signo do embate: avanços e limites da participação popular na democratização da gestão educacional*. 2003. 316 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

ROSAR, M. de F. F. *Recortes da história do pensamento educacional de professores no exercício de seu ofício de educar*. Universidade Federal de Campina Grande. Colóquio Brasileiro Educação na Sociedade Contemporânea. Trabalho e Formação Docente na Contemporaneidade (15 a 18 de junho-2008).

ROSAR, M. de F. F. *Globalização e descentralização: o processo de desconstrução do sistema educacional brasileiro pela via da municipalização*. 1995. 348 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

\_\_\_\_\_. Lutas ideológicas e mudança social. *Revista Histedbr On Line*, Campinas, p. 192-209, abr., 2011. Número especial. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/41e/index.html>>. Acesso em: 05.jun.2011 ISSN 1676-2584

SAVIANI, D. Marxismo e pedagogia. *Revista Histedbr On Line*, Campinas, p. 16-27, abr., 2011. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/41e/index.html>>. Acesso em: 05.jun.2011 ISSN 1676-2584.

SOUZA, A. L. L. Estado e educação pública: tendências administrativas e de gestão. In: OLIVEIRA, D.; ROSAR, M. F. F. (Org.). *Política e gestão da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 91-105.

VALENTE, I.; ROMANO, R. PNE: Plano Nacional de Educação ou carta de intenção. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, p. 96-107, 2002.